

# Elementos para a história da química no Brasil

## *Elements for the history of chemistry in Brazil*

**José de Freitas Machado**

*Professor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e da Escola Nacional de Química.  
Ex-Diretor da Escola Nacional de Química. Idealizador do Primeiro Congresso Brasileiro de Química (1922) e  
da Sociedade Brasileira de Química (1922)*

I

### **Resumo**

Este trabalho é uma republicação integral da versão original publicado nesta Revista em julho de 1953<sup>\*</sup> e em junho de 1984<sup>\*</sup>, a partir das lembranças de seu autor. Contém dados e fatos que explicam parte da trajetória da química no país no século XX.

**Palavras-chave:** química industrial; Sociedade Brasileira de Química; Escola Nacional de Química

### **Abstract**

This work republishes the full original version published in this Journal in July 1953<sup>\*</sup> and June 1984<sup>\*</sup>, based on the author's recollections. It contains data and facts that explain part of the trajectory of chemistry in the country in the 20th century.

**Keywords:** Industrial chemistry; Brazilian Chemical Society; National School of Chemistry

## INTRODUÇÃO

Seu início pode ser perfeitamente determinado com o aparecimento dos 9 Cursos de Química Industrial, criados na cauda do Orçamento da Despesa para o ano de 1920, um dos quais o nome de Curso de Química Industrial Agrícola, anexo à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, sediado então em Niterói e transferido para o Rio de Janeiro com a dita Escola. Por extinção dos cursos em 1930, e o da Escola Superior de Agricultura em 1933, foi organizada a atual Escola Nacional de Química, como parte do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, de que foi transferida em 1934 para o Ministério da Educação e Saúde, como entidade didática na Universidade Técnica Federal, posteriormente transformada em Universidade do Brasil.

É justo de admitir que, pelo fato de estar diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura, o Curso de Química Industrial Agrícola teve posição oficial de destaque entre seus congêneres; o mesmo se deve admitir para a atual Escola Nacional de Química, por sua filiação à Universidade do Brasil. É sobretudo a respeito destes dois institutos de ensino de Química que posso dar meu depoimento, pelo fato de ter participado de suas organizações, de os ter dirigido em seus inícios e lhes ter pertencido como docentes.

Embora não disponha de dados estatísticos sobre o número de químicos diplomados no país e de suas origens por cursos ou escolas, é quase certo que os dois institutos, de que me ocuparei, os terão diplomado em maior número do que qualquer outro, e possivelmente do que todos os outros juntos. Que os químicos desejem ser informados sobre o advento de suas escolas, sobre seus primeiros desenvolvimentos e projeções na cultura científica geral do país, é uma aspiração de todo justo, tanto mais quanto o tempo inexorável já eliminou da vida a maior parte dos homens que se ocuparam diretamente deste começo.

O que eles me indicam que faça, com um certo e determinado fim, me agrada de fazer sem pensar

neste fim. Não hei de escrever autobiografia, mas história, com os elementos que guardei em meu pequeno arquivo e na memória, já enfraquecida, dos meus passados 71 anos. Os acontecimentos incluem os homens, e me verei, muitas vezes, na obrigação de citar seus nomes, inclusive o meu. Como me será grato recordá-los!

Um estágio cultural determinado impõe o estudo dos fatores antecedentes que o provocaram: este estudo é mais difícil de interpretar, mas, apesar disto, me proponho a fazê-lo. Meu depoimento termina em 1946, quando me aposentei da Escola Nacional de Química.

## CURSOS DE QUÍMICA INDUSTRIAL E CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL AGRÍCOLA

Em fins de 1919 ocupava-se o Congresso Nacional com a criação de Cursos para o ensino da química no país, como entidades didáticas, independentes, anexos às Escolas de Engenharia, com o fim especial do aproveitamento de docentes e laboratórios, possibilitando igualmente o contrato de profissionais estrangeiros, com subvenção na cauda do Orçamento da Despesa para o ano de 1920 no valor de 100 contos de réis por curso. Em número de oito, estavam assim distribuídos: Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Ouro Preto, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Desde tempos eu me vinha ocupando com a ideia de Escolas de Química e havia mesmo escrito um longo artigo intitulado “FAÇAMOS QUÍMICOS”, publicado em 1917 em jornal e revista do Rio de Janeiro, e procurado certa vez, o Dr. Henrique Dodsworth, que ao tempo era secretário do Dr. Paulo de Frontin, prefeito do Distrito Federal, para o fim especial de se organizar no Rio de Janeiro uma Escola de Química nos moldes da existente em Paris. Pareceu-me oportuno pleitear junto ao Ministro da Agricultura, Dr. Ildefonso Simões Lopes, a criação de mais um curso, anexo à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em que se diplomavam

engenheiros agrônomos e médicos veterinários.

A oportunidade foi a mais propícia possível quando uma Comissão de Professores da Escola acima citada, presidida pelo seu Diretor, Dr. Parreiras Horta, e de que faziam parte entre outros o Dr. Castro Menezes, do Jornal do Comércio, e o autor deste relato, se dirigia ao Ministro para lhe fazer um agradecimento. Cito com especial recordação o Dr. Castro Menezes por duas razões: primeira, viajávamos lado a lado no bonde, para o Ministério, quando falei no assunto e tive de sua parte o mais caloroso aplauso, seguido do imediato apelo ao Diretor, para que pedisse ao Ministro que ouvisse minha sugestão; segundo, dias depois Castro Menezes publicava um magistral artigo no Jornal do Comércio a respeito da importância do ensino da química. O Ministro Simões Lopes ouviu-me a sugestão com aquele interesse, carinho e sisudez que lhe eram peculiares. E prometeu, fez, e anunciou de público por ocasião da colação de grau dos engenheiros agrônomos da Escola, de cuja turma eu era o paraninfo. Também me aproveitei deste paraninfo para desenvolver meus pensamentos.

Em seguida foram realizados os atos normais: regulamentação, escolha de professores, seleção e matrícula de alunos, entrementes organização de novos laboratórios, tudo, como é hábito fazer no Brasil, sob a orientação de comissões. Todos os Cursos de Química Industrial eram supervisionados no Ministério da Agricultura pelo bondoso e respeitável engenheiro agrônomo Dr. Sérgio de Carvalho, cujo nome escrevo com veneração. A regulamentação do Curso de Química Industrial Agrícola permitiu, sob modelo francês, a existência de dois diretores: um administrativo, que seria o Diretor da Escola, e outro dos estudos, cabendo-me esta última função, e na qual não me demorei muito.

No justo tempo regulamentar do ano de 1920, o curso iniciava suas aulas, com pequena matrícula de estudantes, inclusive uma moça; em 1921, 18 alunos, frequência 9; em 1922, 24 alunos, frequência 20. Já em 1923, matriculavam-se 35 alunos e, assim, mais nos anos seguintes, o que demonstrou o interesse

despertado. Em 1931 deixei o curso, o qual, em 1933, era extinto, dando lugar à Escola Nacional de Química.

## **ORIGEM DOS CURSOS DE QUÍMICA INDUSTRIAL – SEUS DEFEITOS INICIAIS – SEUS SERVIÇOS AO BRASIL**

Antes mesmo de terminar, em 1918, a Primeira Guerra Mundial, já vozes autorizadas de sábios franceses, como Charles Moureu, e de ingleses, como William Ramsay, Tildeln, clamavam nos seus países contra o atraso em que se achavam os conhecimentos químicos, em face do desenvolvimento alemão, especialmente em assuntos de química orgânica.

Estas advertências chegaram ao mundo inteiro por meio de revistas e livros, entre os quais posso agora recordar o livro de Moureu – “La Chimie et la Guerre” – e os inúmeros artigos publicados no Moniteur Scientifique. É fácil de compreender a repercussão nos meios intelectuais brasileiros, especialmente entre os congressistas, professores e químicos. Foi em 1917, em plena guerra, que publiquei o artigo intitulado “FAÇAMOS QUÍMICOS”. Em fins de 1919, aparecia no Congresso Brasileiro o projeto criando os 9 Cursos de Química Industrial. Não me lembro dos nomes dos signatários deste projeto, mas essa e outras deficiências deste relato serão facilmente corrigidas compulsando-se documentos da época.

O projeto foi recebido com particular entusiasmo pelas Escolas de Engenharia, que se beneficiavam com um novo curso e com uma verba considerada suficiente, pelo menos, no início. Mas logo no primeiro ano de vida, os embaraços e as deficiências se apresentaram no ensino prático de disciplinas, como as de química, exigentes de longa permanência em laboratórios; devendo servir os laboratórios aos alunos da Escola de Engenharia e aos do Curso, estes últimos se viam sempre prejudicados. Com raras exceções, as próprias Escolas não dispunham de laboratórios adequados e a verba de

100 contos de réis não era suficiente para cobrir o pagamento de docentes, material de ensino e novas instalações. O aumento posterior da verba para 120 contos de réis não resolveu o problema do orçamento dos cursos.

Para sanar as precariedades do Curso de Química Industrial Agrícola, tomei a iniciativa de entendimentos com dois notáveis congressistas paulistas, Drs. Cincinato Braga e Sampaio Vidal, o primeiro dos quais foi examinar, *de visu*, a coisa como era. Guardo como lembrança de alta estima uma já agora desbotada fotografia que um estudante tirou quando o Deputado Cincinato Braga ouviu a minha exposição no pátio da Escola Superior de Agricultura, em Niterói, na Alameda São Boaventura, e depois de visitar os laboratórios e demais instalações que serviam o curso.

Logo depois, em 1921, este deputado paulista apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei para a criação de uma Escola de Química, que teria sede no edifício da antiga cadeia velha, de onde se transferira a Câmara Federal, projeto que, por qualquer razão, não teve andamento. Após esta tentativa, as melhorias introduzidas nos cursos foram de pequena monta, sem possibilidade de orientar o ensino de química profissional, para nível superior, análogo ao dos países de grande cultura científica.

Faltavam professores, faltavam instalações e aparelhos, faltavam tradição e dinheiro... mas uma coisa não faltou, em virtude da disseminação mesma dos cursos, pelo país inteiro, do norte ao sul: Foi o interesse nacional, despertado na juventude pré-escolar superior, que ocorreu aos cursos, ansiosa de instruir-se na grande ciência e nas técnicas que toda gente sabia capazes de criações inestimáveis. Por que vindes estudar química? – perguntava eu aos meus alunos. As respostas eram sempre de admiração pela ciência criadora.

## **1º CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA – SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA – ADESÃO DO BRASIL À UNION INTERNATIONALE DE CHIMIE PURE ET APPLIQUÉE**

Entre as realizações programadas para comemorar, em 1922, o 1º Centenário da Independência do Brasil, contavam-se numerosos congressos, cuja superintendência geral cabia ao conhecido engenheiro e estadista Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida.

Pareceu-me possível e útil realizar um de química. O primeiro gesto seria procurar, como fiz, esse operoso homem de governo, que aceitou de bom grado a minha sugestão, acompanhada da relação dos Institutos de Ensino do país, em que se lecionava química e dos laboratórios oficiais, onde se aplicava, para fins diversos, essa ciência. Aceita a ideia, coube-me a grata missão de visitar os laboratórios e escolas do Rio de Janeiro, onde a ideia foi recebida com plena aprovação. Conforme as minhas anotações em caderno, já no dia 16 de janeiro de 1922, com a presença de alguns químicos, se reunia a Comissão de Congressos e se distribuíram as bases da organização do Congresso de Química, sendo marcada para segunda-feira, dia 23 do mesmo mês, nova reunião, a ata tendo sido assinada por todos os presentes. Estas reuniões se realizavam na sede da Sociedade Nacional de Agricultura; a parte administrativa dos congressos era confiada ao velho e agradável Dr. Gonçalves Júnior.

Realmente a reunião dos interessados no Congresso de Química se realizou a 23 de janeiro, na qual entre outras deliberações foi tomada a de organizar subcomissões nos Estados: Minas (Belo Horizonte – Ouro Preto); São Paulo, Bahia (Salvador), Pernambuco (Recife), Ceará (Fortaleza), Pará (Belém), Paraná (Curitiba), Estado do Rio (Campos) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

É fácil de compreender que, amparado pelos representantes dos Poderes Públicos para uma finalidade histórica, quando os químicos da época eram cento por cento funcionários do governo, sob o reflexo do próximo advento dos cursos de química industrial, este movimento, partido da capital do país, de agregação de profissionais da química, se fez espontâneo e rápido. Coube-me acompanhá-lo até o dia de minha partida para a Europa, em 4 de março, onde terminei ficando

até outubro. Desde o começo tive a cooperação valiosa do Dr. Paulo Ganns, a esse tempo professor de química orgânica do Curso de Química Industrial Agrícola, o qual continuou na minha ausência o serviço de propaganda e da articulação com a Comissão do Congresso.

Vale a pena obter deste notável homem da química e da indústria brasileira um depoimento sobre este certame, pois, em verdade, quando regressei ao Rio de Janeiro em princípios de novembro, tive o prazer de ir diretamente de bordo para a reunião preliminar do Congresso de Química, sob a presidência do estimado e sábio mestre Prof. Daniel Henniger, da Escola Politécnica.

A melhor conquista do 1º Congresso Brasileiro de Química foi a organização da Sociedade Brasileira de Química, na sessão de 10 de novembro de 1922. Tive a honra de ser eleito seu primeiro presidente, empossado em 28 de maio de 1923, tendo pronunciado discurso, publicado no Jornal do Comércio, de 31 do mesmo mês.

Durante a minha permanência em Paris, em 1922, fiz entendimentos com o Dr. Jean Gérard, Secretário Geral da *Union Internationale de Chimie Pure et Appliquée*, para os fins de adesão do Brasil à Union, fato que se veio realizar em junho de 1923, por determinação do Dr. Miguel Calmon, então Ministro da Agricultura, que, além disto, fez incluir no orçamento da despesa a verba de dois contos de réis ouro para o pagamento da quota brasileira. De acordo com o regulamento da *Union Internationale de Chimie Pure et Appliquée*, o país aderente seria representado na Union por uma sociedade científica de química, cabendo à diretoria dessa Sociedade designar os delegados do país junto à Union. Coube à Sociedade Brasileira de Química esta missão, e sua diretoria designou a seguinte delegação: Comandante Álvaro Alberto, Dr. Mário Saraiva, Dr. Luiz de Queiroz, Dr. Paulo Ganns, Dr. José de Carvalho Del Vecchio e Dr. José de Freitas Machado.

## ESCOLA NACIONAL DE QUÍMICA

Sendo Ministro da Agricultura em 1933 o atual General Juarez Távora, e sendo seu secretário o Engenheiro Agrônomo Oscar Viana, meu amigo e discípulo na Escola Superior de Agricultura, deste recebi, certo dia, um telefonema dizendo-me que o Ministro queria falar-me. Fui ao Ministério e o Ministro manteve comigo na presença do secretário, um rápido diálogo que passo em linhas gerais a reproduzir:

- "Tenho aqui (e mostrou-me um maço de papel enrolado) um Projeto de Regulamento da Escola Nacional de Química, que desejo seja examinado por alguém. Não conhecia o Sr., mas seu nome me foi indicado pelo meu secretário, que foi seu aluno. Leia o projeto e me dê sua opinião."

Objetei que havia no Rio de Janeiro muitos professores melhor credenciados do que eu...

O Ministro interrompeu a minha alegação para dizer:

- "Peço-lhe que faça isto."

Então sugiro, que em vez de emitir opinião sobre o projeto, me fosse dada a liberdade de trazer outro projeto, com o que S. Exa. Concordou, recomendando-me o prazo de 8 dias. Ao levantar-me para sair, afirmei-lhe:

- "A apresentação do meu nome, por um ex-aluno meu, impunha-me grande dever."

Este episódio tomou a forma burocrática de um comunicado, de 2 de agosto de 1933, do Sr. Oscar Viana a mim, e da minha resposta em carta de 7 do mesmo mês, já encaminhando ao secretário como eu sugerira um Projeto de Regulamento da Escola Nacional de Química no prazo em que me havia determinado o Ministro.

Chegado em casa, de volta do encontro com o Ministro, telefonei ao meu velho amigo e mestre Dr. Mário Saraiva, diretor do Instituto de Química Agrícola, perguntando-lhe se podia visitá-lo à noite, o que fiz, dando-lhe conhecimento do caso e pedindo sua colaboração, a qual me foi dada, depois de pequena relutância; e começamos a trabalhar. No dia seguinte, pela manhã, telefonei ao meu velho amigo, Dr. Carneiro Felipe, do Instituto de Manguinhos, pedindo

um encontro, o qual se fez à tarde, no Ministério da Educação, onde o Dr. Carneiro trabalhava exatamente no regulamento de Institutos Universitários.

Exposto o objeto da visita e o meu pedido de colaboração, esta se fez de tal forma imediata, que, encerrado o expediente do Ministério, pusemos mãos à obra até alta noite, e assim, em seguida, durante alguns dias. No prazo determinado, entreguei o projeto com a carta de 7 de agosto. Quer o destino que, ao ser escrito este relatório, já não existiam os meus dois grandes e queridos amigos, Saraiva e Carneiro Felipe.

Estava nomeado Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, o Prof. Fleury da Rocha, da Escola de Minas, de Ouro Preto. Era a este Departamento que pertencia a Escola Nacional de Química, mas os primeiros passos da organização foram orientados diretamente pelo Ministro Juarez Távora. Com a posse do Prof. Fleury da Rocha, coube-lhe continuar a organização, com a colaboração do Dr. Carneiro Felipe, Mário Saraiva e Freitas Machado, em comissão nunca nomeada. Aprovado o projeto de regulamentação da Escola, foi feita a escolha dos professores em concurso de títulos, por intermédio de uma comissão de professores presidida pelo Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Geralmente as organizações humanas, as culturais, inclusive, não se fazem sem dissídios penosos. A Escola Nacional de Química não fugiu a esta regra e sofreu choques continuados, no início e posteriormente. Graças, porém, ao espírito animoso e patriótico do Ministro da Agricultura e do Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, os dissídios passaram e a Escola foi criada. É claro que a crônica destas lutas tem uma certa vivacidade marginal, mas não faz parte do pedido dos químicos; e de outro lado, eu seria quase suspeito de examinar um assunto em que me vi muitas vezes envolvido. Mas o fato é que, ao fim, eu estava não somente cansado, mas até desesperado e arrependido de me ter metido nisso e fugi antes da escolha dos professores, para o

meu retiro de verão na serra do Itatiaia. Não se passaram muitos dias, quando uma tarde, me chegou um telegrama do Prof. Fleury da Rocha comunicando a minha nomeação para a Cadeira de Química Analítica e para Diretor da Escola, e determinando minha volta imediata ao Rio de Janeiro.

São passados 18 anos, e ainda hoje não sei bem as razões do porquê desci da serra e retomei a nova forma de trabalho. Pareceu-me sempre uma fatalidade. Por que fazemos isto ou aquilo, com a nossa vontade ou contra ela? Passei a dirigir uma Escola em barracões, acrescida de dois do extinto Instituto de Óleos, um dos quais sofria o acréscimo de um andar, onde se instalaram as cadeiras de Física e Físico-Química, com um anfiteatro de aulas. O que todos sentíamos de inadequado, na nova Escola, era não só a deficiência de espaço, de instalações e de material; mas sobretudo o contraste entre essa pobreza de coisas e o ideal, que nos inflamava, de uma grande Escola de Química, que o país já comportava; admitíamos que a nova experiência que tentávamos do ensino da química devia distanciar-se da anterior, nos simples cursos de química industrial de 1920.

Num encontro com o Ministro Távora expedi estas ideias e Sua Exa. me perguntou, interessado, quanto seria preciso. - “Mil contos de réis, para começar”... respondi eu.

Embora achasse um tanto exagerado o preço, S. Exa. me prometeu falar ao Chefe do Governo. Mas tempos depois verificou-se que a verba para remodelação não passava, salvo erro ou engano, de 178 contos de réis. Apesar disto, havia na Escola muitas condições de êxito: ótimo corpo de professores; bom número de alunos; a formação universitária; conselho técnico-administrativo eficiente, cujo relator, na maioria dos casos, era o Prof. Carneiro Felipe, sempre lúcido e imparcial na defesa da Escola; e o Diretório Acadêmico, presidido por Leopoldo Américo Miguez de Melo. Seria desnecessário acrescentar aqui o desvelo do Ministro e do Diretor Geral.

Qualquer homem se sentiria honrado de dirigir essa obra e eu mais do que todos, porque ela era

era superior às minhas forças. Estar presente a tudo – era o meu dilema. E assim foi para se instalar laboratórios, salas de aula, secretaria, almoxarifado, oficina, diretório acadêmico, sala de congregação e quantas coisas mais! Os estudantes desta época terão, como eu, alguma coisa interessante a contar. É bom ouvi-los. Pôde-se com certo retardo iniciar o ano escolar, processado o concurso da seleção de estudantes para o primeiro ano, sendo os alunos dos outros anos os que vinham do extinto Curso de Química Industrial Agrícola sob o regime de adaptação.

Como era de prever, não tardou muito que o governo assinasse o decreto de transferência da Escola para a Universidade Técnica Federal, do Ministério da Educação e Saúde. Fui mantido no cargo de diretor. Já sob regime universitário publicaram-se editais de concurso para algumas cadeiras vagas. O Sindicato dos Químicos do Rio de Janeiro formulou protesto contra os termos dos editais de concurso, exigindo exclusividade de inscrição para os químicos (Jornal do Comércio, de 23-10-1934). O protesto não foi aceito pelos órgãos administrativos. Tempos depois o mesmo Sindicato me convidava para uma sessão de homenagens por meus serviços à Escola Nacional de Química.

Enfim, dei à Escola, como era o meu dever, o melhor do meu esforço e, ao apresentar o relatório dos anos de 1934 e 1935, ao Ministro Capanema, da Educação e Saúde, pedi demissão do cargo de diretor, porque considerei encerrado o período de organização da Escola. Pode-se perguntar por que não me mantive neste cargo por mais tempo, como aliás me foi proposto pelo Ministro Capanema. Devo esclarecer, em resposta, que a minha inadaptação às fórmulas burocráticas do país tornava o meu trabalho tão retardado que eu tinha a impressão de uma viagem sem fim e de fraca utilidade...

### **3º CONGRESSO SUL-AMERICANO DE QUÍMICA**

Numa manhã de julho de 1935 recebi a visita do

Prof. Abel Sanchez Diaz, argentino, na Escola Nacional de química, de que eu era diretor. Entre outros assuntos, falou-me em congresso sul-americano de química; e só então vim a saber que o Prof. Carneiro Felipe, nosso único representante no 2º Congresso em Montevideo (o 1º tinha-se reunido em Buenos Aires), se comprometera em 19-12-1930, em nome do governo brasileiro, a realizar, 4 anos depois, o 3º Congresso, no Rio de Janeiro, aclamada por unanimidade sua sede. Tive a impressão de que o professor argentino estava no Rio de Janeiro para tratar disto e já falara com alguns colegas sem resultado.

Não me parecendo justo que o nome do Brasil se visse tão mal posto, afirmei ao Prof. Sanchez Diaz que o congresso se faria, e tomando de um bloco de notas e de um lápis, lhe fiz uma cabal demonstração das instituições, associações, serviços de químicos brasileiros, com os quais se poderia contar. Em meio da conversa o Prof. Sanchez Diaz me perguntou se eu aceitaria o lugar de secretário geral. Com resposta afirmativa, logo me sugeriu um almoço no qual se reunissem os químicos brasileiros, que com ele, argentino, decidissem. O almoço se efetuou com a presença, entre outros, dos Professores Com. Álvaro Alberto, Sanchez Diaz, Carneiro Felipe e o subscrito, decidindo-se de uma vez a realização do congresso.

Os mananciais de informações sobre este assunto estão depositados na Associação Brasileira de Química, inclusive um dos 3 únicos repositórios do Lux Jornal, estando outro na escola Nacional de Química, oferecido por mim. Existe ainda um terceiro na Asociación Química Argentina, um tanto incompleto. Mas há também muita coisa que não que não foi publicada ou de publicação incompleta e disto me vou ligeiramente ocupar.

A propaganda do congresso, por meio da imprensa, era coisa que tinha fugida à Comissão Organizadora. De tempos em tempos a secretaria enviava um pequeno resumo aos jornais, que o publicavam ou não, segundo vontade dos redatores. Mas sucedia que as notícias de Buenos Aires eram de

tal forma que, nos últimos tempos, o número de associados argentinos era superior ao dos brasileiros. Isto começando a apavorar-me, resolvi dar solução ao caso. Felizmente, o representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto à Comissão Organizadora, Dr. Waldemar Bandeira, era jornalista e fui aconselhar-me com ele, dizendo-lhes claramente a coisa.

O Dr. Waldemar Bandeira, que escrevia em “A Notícia”, me apresentou ao chefe de uma organização de publicidade jornalística, que me deu o preço da propaganda em 20 contos de réis. Na próxima reunião da comissão organizadora, expus a questão e as medidas que tomara, sendo tudo aprovado. Fechei a transação, inclusive um repositório do “Lux Jornal”, pois o outro foi pago por mim, pessoalmente, e o terceiro, incompleto, foi oferecido à Comissão Argentina, em nome dos químicos brasileiros.

Podíamos fazer a transação, pois contávamos com 200 contos de réis que o governo brasileiro, a pedido do Comandante Álvaro Alberto, mandara entregar ao nosso tesoureiro. Os resultados não tardaram; e, quando os argentinos chegaram ao Rio, o número de congressistas brasileiros seria o dobro ou triplo dos argentinos, que tinham iniciado o congresso.

Não tomei parte na organização da parte social do congresso, nem da publicação dos Anais.

Eis, em poucas palavras, alguns elementos para a história da química em nosso país, nestes últimos 35 anos.

#### **NOTA DE RODAPÉ**

\* Ano 22, número 255, julho de 1953, p. 14-18; Ano 53, número 626, junho de 1984, p. 19-24.